

# BO LE TIM DA REDE

UMA PUBLICAÇÃO  
DO SIND-REDE/BH  
JUNHO DE 2019  
ED. 155

## TRABALHADORES TOMAM AS RUAS

*A Greve Geral é um importante passo para derrotar as políticas de Bolsonaro! Mas é preciso já pensar os próximos passos!*

### FIQUE POR DENTRO DAS NOTÍCIAS DA CATEGORIA NO SEU WHATSAPP.

Adicione o contato **(31) 98799-3041** e envie uma mensagem com seu nome, turno, escola/emei, regional e cargo.



**VOCÊ TAMBÉM PODE SALVAR  
NOSSO CONTATO POR QR CODE**



15M em Belo Horizonte / Foto: Diego Franco David

## ENTENDA OS CORTES NA EDUCAÇÃO

A Campanha Salarial de 2019 não acabou. É preciso manter nossa mobilização e resistir a todos os cortes na Educação, seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal.

**Pag. 4**

## CATEGORIA

Educação Infantil, Saúde do Trabalhador e violência nas Escolas são temas de Audiência Pública na Câmara. Entenda os desdobramentos.

**Pag. 6 e 7**

(31) 3226-3142

[www.redebh.com.br](http://www.redebh.com.br)

[fb.com/sind.rede](https://fb.com/sind.rede)



# BOLSONARO CONSEGUIU: UNIFICOU OS TRABALHADORES E A JUVENTUDE CONTRA SUA POLÍTICA

Quando o depósito de pólvora acumulado com a proposta da Reforma da Previdência se encontrou com o estilhaço do corte de verbas da Educação, a explosão começou. Os dias 15 e 30 de maio representaram o início de uma reação em cadeia que não tem data para acabar.

O corte de 30% das verbas das Instituições Federais é a ponta do iceberg de uma política onde o Estado tenta conter parte das demandas sociais enquanto cumpre sua tarefa central: favorecer a concentração e a transferência de riquezas produzida pela classe trabalhadora para um pequeno grupo de banqueiros e multimilionários.

Nos últimos anos, essa foi a tarefa dada a Temer e, agora, a Bolsonaro: Dar um salto grandioso na política de retirada de direitos. A ideia central é restringir ao máximo as políticas sociais (incluindo Saúde, Educação e Previdência), ao mesmo tempo que potencializa a transferência de renda aos muito ricos. Esse é o significado da aprovação da Emenda à Constituição que ficou conhecida como "PEC do Teto dos Gastos", da ampliação das privatizações e concessões públicas e da reforma trabalhista.

A reforma da Previdência é a cereja do bolo dessa política de precarização. É por isso que diferentes colorações partidárias, governadores do PT ao PSL e setores diversos da sociedade defendem com afincado a necessidade de "alguma reforma", apesar de divergirem sobre qual a profundidade dos ataques, há um consenso, do andar de cima, de que é o trabalhador que deve pagar a conta.

Apesar deste consenso a reação popular e

os interesses particulares de grupos distintos fazem com que haja muitas disputas e desencontros entre "eles". Não está fácil para o governo emplacar seus projetos. Cabe aos trabalhadores e a juventude unificar nossas bandeiras contra qualquer reforma que retire direitos sejam previdenciários, na saúde, na educação, ou dos povos oprimidos, como indígenas, quilombolas, sem terra e sem teto.

Para isso, é preciso que a Greve Geral seja muito forte e que as Centrais Sindicais, Movimento Estudantil e Movimentos Sociais definam rapidamente o próximo passo.

Temos uma grande oportunidade de derrotar o Governo em suas políticas, desde que nossas ações sejam consequentes. com os nossos anseios, que tenhamos unidade, sem ceder às chantagens do Governo.

As manifestações de maio demonstraram que as ruas estão do nosso lado e colocaram Bolsonaro na defensiva. Mas só a mobilização constante será capaz de enterrar de vez os ataques organizados por Bolsonaro e seus aliados. Por isso, não podemos recuar.

Unificados, Organizados e em Movimento podemos vencer!

**DIA 14, TODOS A GREVE GERAL!**

“*Só a mobilização constante será capaz de enterrar de vez os ataques de Bolsonaro e seus aliados.*”



## EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte  
Av. Amazonas, 491 – Centro Belo Horizonte – MG, 30180-000 | +55 (31) 3226-3142 | www.redebh.com.br

### • DIRETORIA COLEGIADA

#### Departamento Administrativo Financeiro

Daniel Wardil, Clayton Santos, Cláudia Lopes, Luci de Fátima

#### Departamento de Comunicação e Imprensa

Vanessa Portugal, Thiago Ribeiro, Conceição Figueiredo, Paulo Henrique Fonseca

#### Departamento Jurídico

Andrea Carla, Helbert Marconi, Rosan Marcos, Sandra Coelho.

#### Departamento de Formação Pedagógica e Sindical

Diego Miranda, Flávia Silvestre, Evangely Rodrigues, Suelane de Carvalho

#### Departamento Saúde do Trabalhador

Alan da Silva, Letícia Nepomuceno, Gislane Oliveira

#### Departamento Previdência e Aposentados

Shirley Goes, Celeste Regiane

#### Departamento Cultural

Jacinta Gomes, Diana de Cássia, Luanna Grammont

#### Departamento Organização e Infraestrutura

Tatiane Ferreira, Maria das Dores Silva

#### Departamento Políticas Sociais

Fábio Liberato, Maria Lucia Ferreira, Raquel Batista Maciel, Luciane Batista

### • IMPRENSA

#### Jornalista Responsável:

Diego Franco David (Mtb 20555/MG)

#### Redação e Revisão:

Diego Franco David  
Jadilson Rodrigues

#### Projeto Gráfico e Diagramação:

Diego Franco David

Impressão: Sempre Editora

Tiragem: 6.000

# TRABALHADORES TERCEIRIZADOS FORÇAM MUDANÇAS NO EDITAL DA MGS, MAS HÁ MUITO AINDA A SE CONQUISTAR

Dia 22 foi um dia intenso de lutas dos trabalhadores terceirizados. Com uma paralisação forte e um grande ato, fizeram vigília no MPT para pressionar por mudanças no edital do Processo Seletivo da MGS. Isso tudo chegou a esse ponto devido a ilegalidade nas contratações via Caixa Escolar. O Ministério Público Estadual cobrava que o problema fosse resolvido sob pena de haver uma determinação judicial de demissão de todos sem garantia de direitos. Em 2018 a categoria foi a luta e conquistou um acordo que garantiu o acerto com verbas rescisórias no caixa e um processo seletivo na MGS com diferenciais para quem já trabalha em escola. Agora em 2019, com a luta realizada, mais mudanças com melhorias foram conquistadas. (Veja mais em nosso site: <http://redesh.com.br/luta-muda-edital/>).

Mas a MGS continua sendo uma forma de terceirização e com muita exploração e assédio ao trabalhador. Por isso a luta da categoria e do sindicato não termina aqui. Seguiremos em busca do concurso público para todas as funções na escola, com estabilidade até a aposentadoria para quem não passar e todos os direitos de um servidor público para quem passar.



Trabalhadores terceirizados da Educação Municipal protestam em frente ao MP, em defesa do emprego e contra o edital da MGS. Foto: Diego Franco David

## TERCEIRIZAÇÃO AVANÇA NO PAÍS

*Não podemos perder a perspectiva de defesa do Concurso para todos trabalhadores do serviço público*

**A TERCEIRIZAÇÃO** de serviços, em especial das chamadas atividade-meio, não é uma novidade no Brasil, existindo desde meados dos anos 70. Em Belo Horizonte, essa modalidade está presente nas Escolas Municipais há pelo menos 35 anos. Contudo, Com a aprovação das mudanças na leis trabalhistas, em 2017, a possibilidade da terceirização foi ampliada também para a atividade-fim.

A reforma trabalhista, além de ampliar as possibilidades de terceirização, retira direitos essenciais dos trabalhadores. Usam a situação de desemprego e miserabilidade existente no país para convencer a juventude que é preferível ser um trabalhador “autônomo” do que ter carteira assinada e direitos garantidos, tentam vender a ilusão que o trabalhador tem condições de negociar de igual para igual com seu contratante (patrão), para vender o seu trabalho. Apesar de já ter sido destroçado por Temer, os direitos trabalhista ainda são alvos do governo Bolsonaro. Caso consiga aprovar a reforma da Previdência, seu próximo alvo será uma nova reforma trabalhista, para acabar com os direitos que ainda restaram através da chamada “Carteira de Trabalho Verde e Amarela”.

### A SITUAÇÃO DE BELO HORIZONTE

Nas últimas 4 décadas, a terceirização deu um salto estrondoso no serviço público municipal de Belo Horizonte. Apenas de 2017 para 2018, o prefeito Alexandre Kalil (PHS) ampliou em 418 milhões o valor gasto com serviços terceirizados.

É preciso deixar claro: Qualquer alternativa que envolva a terceirização de trabalhadores está longe de ser a ideal. Apesar de apresentar níveis de problemas diferentes, a terceirização sempre é muito ruim, seja ela feita através de cooperativas, conservadoras ou Caixa Escolar. Não será diferente com a MGS.

Isso porque os trabalhadores terceirizados não têm estabilidade no emprego, tem os salários mais baixos permitidos no país, são muito assediados e não possuem carreira.

Por isso, a nossa luta permanente é que todos os novos trabalhadores sejam contratados via concurso público. Garantindo sempre a defesa do emprego, através da incorporação daqueles trabalhadores que já atuam, independente de como foi a sua forma de contrato.



# ENTENDENDO OS CORTES NA EDUCAÇÃO

**NOS MESES** de maio e junho, muitos foram às ruas contra os cortes de verbas na Educação. O chamado contingenciamento, proposto por Bolsonaro e Weintraub, reduziu as verbas de custeio previstas para a Educação de um ano para outro, o que gerou uma série de problemas nas Instituições Federais, causando a revolta da população. Se os cortes tivessem sido apenas nas

verbas para as universidades já seria muito grave, no entanto eles também atingiram, na mesma proporção, a Educação básica e infantil.

O tal contingenciamento, utilizado por Bolsonaro, também se deu na Prefeitura de Belo Horizonte, Kalil (PHS) utilizou o mesmo argumento para cortar 20% das verbas da Educação municipal em 2019.

Esse contingenciamento, por si só, já

demonstra o descaso dos governos com a Educação.

Mas os corte de verbas vão bem além disso: com a redução de percentuais da receita investido, atrasos de repasses de verbas constitucionais aos municípios, ampliação dos serviços prestados pela Educação sem ampliação do financiamento, além do aumento excessivo dos cargos comissionados, os cortes ficam mais perceptíveis.

## MAPA DOS CORTES NA EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS:



**Jair Bolsonaro (PSL)**  
Governo Federal

**De 2015 à 2019:** pelo menos R\$32bi deixaram de chegar instituições Educacionais.

**Só em 2019,** o valor do rombo foi de R\$7,98 Bi.

**Consequências:** 398.100 vagas a menos nas Universidades Federais, paralisação das construções de Escolas de Educação Infantil, redução ao acesso ao curso técnico, fechamento de pesquisas em andamento, redução da quantidade e qualidade da merenda escolar, cancelamento de programas de transporte escolar em município carentes.

### Para onde vai o dinheiro:

R\$40 milhões em emendas parlamentares para deputados que votarem a favor da reforma da Previdência. Mais de R\$1,065 trilhões em pagamentos de juros e amortizações da dívida pública.



**Alexandre Kalil (PHS)**  
Governo Municipal

**De 2017 para 2018:** o investimento direto da Prefeitura em Educação diminuiu em R\$45 mi e a receita do Município cresceu 8%. Ao longo dos anos a prefeitura reduziu significativamente o que investe no salário do magistério.

**Em 2019:** R\$164 milhões deixarão de chegar às Escolas.

**Consequências:** Salários congelados, fechamento dos berçários, fechamento de turmas (em especial na Educação Infantil e EJA), redução do quadro de trabalhadores administrativos das Escolas (secretaria, biblioteca, portaria, faxina, etc.), fechamento das casas da Escolas Integradas, precarização da merenda, impedimento de licenças médicas, redução e centralização dos recursos de manutenção nas Escolas.

### Para onde vai o dinheiro:

Ampliação dos contratos terceirizados e privatização da Educação. O custo mensal de um vereador em BH é de R\$ 81.000,00, são 41 vereadores, o salário do prefeito é o maior do país.



**Romeu Zema (Novo)**  
Governo do Estado

Se consideramos as dívidas de governos passados e as acumuladas por ZEMA, o estado de Minas gerais deve aos municípios de repasses constitucionais pelo menos R\$7 Bilhões, destes mais de 25% seriam para a Educação, obrigatoriamente.

**Consequências:** Salas de aulas fechadas, falta de transporte escolar em cidades mais pobres, congelamento de carreiras, atraso de salário de trabalhadores.

## NOSSA CAMPANHA SALARIAL NÃO ACABOU



De acordo com o governo Kalil a divulgação do índice de reajuste da categoria se dará na segunda quinzena de junho. No entanto, até o momento, todas as sinalizações foram de que a proposta não será, sequer, o índice do reajuste do Piso Nacional de Educação, deste ano, de 4,17%.

Kalil se aproveita do discurso da crise, do caos das medidas de Bolsonaro para tentar passar despercebido. Cabe a nós não deixar que isto aconteça. Vamos discutir nas escolas as formas de mobilização que apostaremos no segundo semestre. Como vários estudos já apresentados em outras edições deste jornal apontaram. Recursos a prefeitura de Belo Horizonte tem, cabe ao governo Kalil definir onde irão aplicá-los. A nossa tarefa é pressionar para que a educação seja de fato prioridade.

# A REFORMAR A REFORMA NÃO RESOLVE!

**DIANTE DA REAÇÃO** contra a reforma da Previdência, alguns setores trabalham com a estratégia de fatiar as mudanças. Tirar alguns pontos que foram inseridos como bode para serem negociados no processo e talvez deixar alguns setores de fora em um primeiro momento, isolados, para que posteriormente possam ser atacados com mais facilidade. Não há como melhorar o projeto de lei enviado à Câmara ele tem que ser derrotado. A reforma da previdência necessária para o país crescer e gerar empregos seria um projeto que revogue as alterações feitas em 1998, em 2003 e em 2015.

Existe no país hoje uma unidade da imprensa, das grandes empresas, banqueiros, empresários médios e políticos das diversas colorações em torno da necessidade de uma reforma da previdência, há diferenças sobre qual reforma, mas concordam sobre a necessidade de redução de direitos.

No entanto, as manifestações dos dias 15 e 30 de maio mostraram uma outra unidade que tem força e poder de mudar a realidade positivamente, : A unidade da juventude é trabalhadores empregados e de empregados) contra qualquer Reforma que retire direitos.

## Terceirizados perdem muito com a Reforma

	COMO É HOJE...	...SE A REFORMA PASSAR
<b>condições parase aposentar</b>	 15 ANOS + 60 ANOS	 20 ANOS + 65 & 62 ANOS
<b>aposentadoria portempode contribuição</b>	 INDEPENDENTEMENTE DA IDADE	 FIM DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
<b>valordos proventos</b>	 Média dos 80% maiores salários.	 Considera-se a média de 100% dos salários, diminuindo o valor final
<b>parareceber 100%damédia</b>	 idade + tempo de contribuição = 86	 idade + tempo de contribuição = 96
<b>mudanças previstas</b>	 Não há idade mínima para se aposentar, desde que se atinja o tempo de serviço	 Aumento da idade mínima a cada 5 anos

## GOVERNADORES FAZEM UM ACORDÃO PELA APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Em encontro realizado no dia (11/06), os governadores dos 27 Estados definiram por se movimentarem pela aprovação da reforma da Previdência, inclusive os da base de oposição ao governo Bolsonaro, PT, PSB, PDT e PCdoB.

Temos que fazer a nossa contrapressão,

exigindo dos deputados, tanto dos partidos da oposição quanto da base do governo, que cobrem seus governadores para que fiquem do lado da mobilização dos trabalhadores contra a reforma.

**NÃO TEM ARREGO, MECHEU NO MEU DIREITO, EU TIRO SEU SOSSEGO!**

## CONHEÇA OS DEPUTADOS MINEIROS QUE QUEM IMPEDIR SUA APOSENTADORIA

### VOTARAM A FAVOR NA CCJ

Delegado Marcelo (PSL)  
Marcelo Aro (PP)  
Bilac Pinto (DEM)  
Lafayette Andrada (PRB)  
Paulo Abi-Ackel (PSDB)  
Luis Tibé (Avante)

### A FAVOR DA REFORMA

Alê Silva (PSL)  
Cabo Júnio Amaral (PSL)  
Enéias Reis (PSL)  
Lucas Gonzales (NOVO)  
Tiago Mitraud (NOVO)  
Charles Evangelista (PSL)  
Dr. Frederico (PATRIOTA)  
Eros Bondini (PROS)  
Fábio Ramalho (MDB)  
Greyce Elias (AVANTE)  
Stefano Aguiar (PSD)

### EM CIMA DO MURO

Dimas Fabiano (PP)  
Domingos Sávio (PSDB)  
Emidinho Madeira (PSB)  
Euclides Pettersen (PSC)  
Fred Costa (PATRIOTA)  
Gilberto Abramo (PRB)  
Igor Timo (PODEMOS)  
Léo Motta (PSL)  
Lincoln Portela (PR)  
Newton Cardoso Jr (MDB)  
Rodrigo de Castro (PSDB)  
Zé Vitor (PMN)

### NÃO RESPONDERAM OU NÃO FORAM LOCALIZADOS

Aécio Neves (PSDB)  
Diego Andrade (PSD)  
Franco Cartafina (PHS)  
Hercílio Coelho Diniz (MDB)  
Marcelo Aro (PHS)  
Misaél Varella (PSD)  
Paulo Guedes (PT)  
Pinheirinho (PP)

# Violência nas Escolas coloca em risco os Trabalhadores em Educação de BH

**ANO APÓS ANO**, o tema da insegurança aumenta nas Escolas, ganhando novos contornos e debates. Em março, o país inteiro se chocou com o atentado a uma Escola em Suzano, onde dois jovens deixaram 10 mortos e 9 feridos. Outro caso de repercussão nacional foi o assassinato de um professor em Valparaíso-GO.

Mas, estes são apenas expressões máximas da insegurança cotidiana que os trabalhadores em Educação e estudantes têm que confrontar nas Escolas. Segundo matéria do Jornal Estado de Minas, publicada em 15/10/2018 ([bit.ly/2CKZCRE](http://bit.ly/2CKZCRE)), no período de janeiro à agosto, 29 professores foram vítimas em ocorrências registradas em Escolas da Rede Pública de BH. Ainda nesta matéria, o EM traça o quadro que revela profissionais acuados por episódios de violências, desrespeito e invasão das escolas pelo crime.

De acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), no Estado de Minas 43,8% dos professores já sofreram alguma agressão física, verbal ou psicológica.

Prova dessa realidade é a crescente procura dos profissionais pelo Sindicato para acompanhamento dos casos de violência e da conduta de descaso do Município diante dos problemas e do assédio que enfrentam.

Muitos destes casos de violência poderiam

ser evitados se cada Escola Municipal tivesse 2 porteiros, reforçando a segurança da entrada e acompanhamento de visitantes. Também devemos cobrar a volta do vigia noturno nas escolas, promessa de campanha não cumprida pelo prefeito Kalil, que ajudaria a prevenir possíveis atentados frutos de atos premeditados (como este de Suzano e da creche em Janaúba), além de garantir a segurança do patrimônio escolar e dos alunos (desde sua retirada em 2017, o Sind-Rede tem recebido uma série de denúncias de assaltos às Escolas).

Hoje na Rede, em casos de violência aos trabalhadores, não existe um protocolo a seguir e nem uma estrutura de apoio a este

trabalhador agredido que fica extremamente vulnerável e sem informações transitando entre médicos, policiais e gestores.

Propomos a criação de Lei Municipal que legisle sobre o tema e a realização de uma pesquisa por parte da SMED que possa quantificar e classificar a violência sofrida nas Escolas. Também é necessário reduzir o número de estudantes por turma, o que reduziria consideravelmente o grau de estresse dos profissionais e tempo de planejamento individual e coletivo, para que os trabalhadores possam conhecer os estudantes e traçar, junto à comunidade escolar, estratégias para este tipo de problema.



## AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE A SEGURANÇA DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE BH



*Trabalhadores da Rede participam de Audiência Pública na CMBH sobre Segurança do Trabalhador.*

*Foto: Heldner Costa*

**CONVOCADA PELA COMISSÃO** de Direitos Humanos da CMBH, aconteceu no dia 03/06 uma Audiência pública para debater sobre a saúde e segurança dos trabalhadores em Educação de Belo Horizonte.

A audiência teve como objetivo central a construção de um seminário Interinstitucional, envolvendo os diversos setores da sociedade e da Administração Pública, para avançar nos debates da criação de uma Lei Municipal que estabeleça medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da Educação, ocorridos nos no âmbito das Escolas Públicas Municipais. Respeitando as especificidades da educação municipal, a ideia é que seja criado um projeto nos moldes da Lei Estadual 22.623/17, que versa sobre esse tema.

Também foi debatido a implementação da Lei Municipal 9422/07, que Institui o Programa Interdisciplinar de Participação Comunitária para a Prevenção e Combate à violência nas Escolas Públicas do Município.

Destacou-se, além dos aspectos legais, a necessidade da construção de uma rede de apoio e acompanhamento psicológico dos trabalhadores afetados pela violência. Evidenciando a importância do acolhimento e a necessidade de mudanças no trato das relações entre a Perícia Médica e os Trabalhadores em Educação que vivenciaram agressões no Trabalho.

# EDUCAÇÃO INFANTIL PRESSIONA A SMED CONTRA FECHAMENTO DE TURMAS E CUMPRIMENTO DE ACORDO DE GREVE

**NO DIA 30 DE MAIO**, ocorreu na Câmara Municipal de Belo Horizonte a Audiência Pública que tratou de questões referentes à organização das EMEI's na cidade, as diversas mudanças pelas quais o setor vem passando desde o final de 2017 e a necessidade da construção de saídas para os problemas causados por essas políticas.

Enquanto temos mais de quarenta berçários fechados nas EMEI's, salas ociosas, junção de turmas, criação de turmas flex, redução da carga horária da criança, diminuição do número de professores(as) nas escolas e o fechamento de turmas integrais, a secretária Angela Dalben continuou afirmando que tivemos avanços na Educação Pública Infantil. A maior parte de sua explanação foi dedicada a apresentar os dados de investimento por parte da prefeitura na rede conveniada. Os números apresentados pela secretária confirmaram o que já suspeitávamos: Kalil pretende reduzir atendimento na Rede Própria transferindo o investimento dos recursos públicos para a rede parceira.

Reivindicamos o papel que as creches conveniadas e o movimento pró-creches cumpriram e cumprem em Belo Horizonte, na defesa de Educação Infantil, pública, gratuita e de qualidade para todas as crianças e achamos absolutamente importante que haja melhoria de atendimento nas instituições comunitárias que atendem as crianças, mas não temos acordo com a retirada de recursos da Rede Própria e de seu enxugamento.



Durante a audiência a representante do Conselho Municipal defendeu propostas que contradizem propostas votadas pela categoria e os interesses expressos pelos representantes de mães e pais de estudantes que nos procuram, o que coloca em xeque a “imparcialidade do Conselho” diante da SMED. Todas as denúncias relatadas pelos nossos representantes foram anotadas pela secretária que ainda não foram respondidas.

Exigimos resposta aos problemas apresentados e a realização imediata da pesquisa de satisfação do horário de atendimento da Educação Infantil aprovada desde março de 2018 pelo Conselho Municipal de Educação.

## PLANO DE CARREIRA

Foi enviado à Câmara Municipal o Projeto de Lei 773/2019 que garante que as professoras da Educação Infantil com nível superior sejam posicionadas no nível 6 da tabela de vencimentos, a partir de outubro de 2019. Conforme acordo de greve mais dois níveis devem ser garantidos até 2020. Dessa forma precisamos garantir que seja incluído nesse Projeto os outros dois níveis, ou que a Prefeitura apresente a data que enviará novo projeto à Câmara. A garantia da regulamentação dos três níveis é essencial para a política de valorização das professoras.

**Kalil, cumpra com o acordo firmado no final da greve! Inclua os dois níveis restantes!**

## AFINAL, O QUE MUDOU NA PERÍCIA MÉDICA?

**UM DOS PONTOS** mais contundentes do enxugamento de gastos de Kalil é a tentativa de redução das licenças médicas via endurecimento da perícia. Nenhuma política foi efetivada para reduzir o adoecimento, a linha é fazer o trabalhador trabalhar doente. Veja o que foi alterado na Perícia Médica nos últimos anos e que representou perdas para a categoria.

- Terceirização da Perícia - o serviço terceirizado facilita o assédio sobre os profissionais da saúde que trabalham na perícia para que os mesmos assediem os trabalhadores.
- Fim da possibilidade de um atestado por mês sem perícia passando para o limite de 6 por ano.
- Caso o servidor se atrase ou perca a perícia no dia agendado e não consiga se

justificar, apresente a documentação errada o ônus do erro será todo do servidor, na maioria dos casos a licença fica indeferida automaticamente.

- Normatização “licença não remunerada para tratamento de saúde e acompanhamento médico, com corte do ponto. Abre a possibilidade da perícia considerar necessário o afastamento sem no entanto garantir os vencimentos.

- Redução da quantidade de dias de licenças de acompanhamento, passou a ser 30 dias em 24 meses.

- Apenas pais, cônjuges, companheiros e filhos podem ser considerados dependentes para efeito de licença de acompanhamento. Anteriormente outros membros do núcleo familiar poderiam ser incluídos neste grupo desde de que comprovada a dependência.

- Restrição de doenças que fazem jus a licença de acompanhamento de acordo com uma lista pré determinada. Veja a lista (<http://twixar.me/JrNn>)

- O resultado da perícia passou a ser eletrônico o que facilita o assédio e a negativa e dificulta para parte significativa da categoria o conhecimento do resultado. Isso já causou prejuízos bastante graves.

Alterar esta política é uma necessidade da categoria e isso só se dará a partir de um amplo processo de mobilização. O ato do dia 13/06 foi bastante importante, mas a briga não se encerra aí.

Solicitamos aos trabalhadores que nos envie as documentações de licenças que foram negadas ou reduzidas e que acompanhe os próximos passos de luta.

# INFORME-SE SOBRE AS AÇÕES DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

*Para entrar qualquer ação deve ser agendado horário pelo telefone: (31) 3212-6940*

## 01) No âmbito da Justiça do Trabalho (Trabalhadores Celetistas)

Ações de reconhecimento do direito ao adicional de insalubridade para Trabalhadores da Faxina e Cantina das Caixas Escolares das Escolas Municipais de Belo Horizonte - o êxito da ação está vinculada a realização de perícia realizada por um perito judicial (nomeado pelo Juiz) e a análise do próprio Magistrado e inclusive

ações de Reversão de Justa Causa entre outras. Para propor a ação, o trabalhador deverá agendar horário no Departamento Jurídico e deverá comparecer portando os seguintes documentos: Identidade, CPF, Comprovante de residência, Carteira de Trabalho, Termo de Rescisão Contratual, Atestado Médico Demis-

sional, Aviso Prévio, Extrato Analítico (Caixa Econômica Federal), Contra cheques, Relatório do Contrato de Trabalho.

Qualquer outra ação e/ou dificuldade em face do próprio Caixa Escolar e em face da MGS - Agendar horário com um dos advogados e trazer os documentos já informados.

## 2) Quanto às ações vinculadas aos Servidores Concursados:

**a) Férias Prêmio sobre a Dobra:** Para quem recebeu as férias prêmio e dobrou no período correspondente - mínimo de 03 (três) anos. 1ª Fase: Abrir Processo Administrativo; solicitar o pagamento em espécie das férias prêmio sobre a dobra. 2ª- Aguardar indeferimento. Trazer os documentos: XEROX: Cópia do Processo administrativo com o indeferimento; ; Identidade e CPF; 03 últimos contracheques; Fichas Financeiras do período de dobra até a data atual; Comprovante de endereço; Classificação do servidor.

**b) Quinquênio sobre Dobra:** Para aqueles que tiveram o corte em 2015 - do quinquênio sobre a dobra. 1ª- Abrir processo administrativo com a seguinte redação: Solicito esclarecimentos quanto à base e forma de cálculo realizada nos descontos referentes ao quinquênio, do edital de notificação publicado no dia 21 de novembro de 2015 - quinquênios após Emenda Constitucional nº 19/1998 - bem como o pagamento das diferenças devidas. 2ª- Aguardar indeferimento. Trazer xerox: Cópia do processo administrativo indeferido; Identidade e CPF; Fichas financeiras; Comprovante de endereço; Classificação do servidor.

**c) Reconhecimento como Efetivo Exercício de Direção/Vice-direção e Assessoramento Pedagógico:** Para aqueles servidores que não tiveram reconhecimento pelo Município do período em Efetivo Exercício de Direção/Vice-direção e/ou em Assessoramento Pedagógico. 1º - Abrir o processo Administrativo administrativo solicitando extensão de benefício referente a contagem de tempo de atividade em assessoramento pedagógico em estabelecimento de ensino "x", e o período laborado para fins de aposentadoria especial no cargo de professor - e se for o caso, também ao pagamento do Abono Permanência. 2º - Aguardar o indeferimento. Xerox: Processo Administrativo com indeferimento; Declaração da escola mencionando o período que exerceu o cargo em assessoramento; Contagem preliminar de aposentadoria; CI; Comprovante de endereço; 03 últimos contracheques; Fichas finan-

ceiras; Classificação do servidor.

**e) Revisão nas Progressões e Tempo de Licença Médica:** Para aqueles servidores que estão com atrasos nas progressões por mérito em razão de licenças médicas e ou outros motivos: Abrir o processo Administrativo administrativo; solicitar a revisão das progressões por mérito, uma vez que dada em atraso - contrário ao que determina a legislação. 2º - Aguardar o indeferimento. Xerox: Processo Administrativo com indeferimento; CI; Comprovante de endereço; 03 últimos contracheques; Fichas financeiras; Classificação do servidor.

**f) Indeferimento de Atestado pela Perícia Médica:** Para aqueles servidores que tiveram indeferidos dias de atestado: 1º) Pedir a reconsideração da decisão - no prazo; 2º) Abrir o processo Administrativo administrativo - solicitar a revisão do indeferimento dos dias de atestado, "apresentar os motivos do relatório", pois comprovada a doença através do relatório médico - e ainda, por ser o direito à saúde uma garantia Constitucional, e o indeferimento do atestado pode ser tido como negativa do direito do servidor ao tratamento e direito à saúde, além da possibilidade de agravamento da doença - o que atrai inclusive o direito a Danos Morais. 3º) Aguardar o indeferimento. Xerox: Processo Administrativo com indeferimento; CI; Comprovante de endereço; 03 últimos contracheques; Relatórios médicos, atestados e receitas; Fichas financeiras; Classificação do servidor.

**g) Cobrança Indevida dos 22% da Previdência dos Servidores em Licença Sem Vencimento.** 1º) Tirar cópia do Processo Administrativo que deu origem a cobrança; Cópia de todas as notificações do Município para que o servidor efetive o pagamento; Xerox: Processo Administrativo com indeferimento; todas as notificações de cobrança; CI; Comprovante de endereço; 03 últimos contracheques; Fichas financeiras; Classificação do servidor.

**h) Ação das 7 Horas: Período de Planejamento e estudo:** 1ª - Abrir processo Administrativo; Solicitar a aplicabilidade da

lei nº 11.738/2008, que garante 1/3 (um terço) da jornada de trabalho do servidor, seja utilizado para realização do planejamento e preparação pedagógica (fora de sala de aula), nos termos do posicionamento atual do Supremo Tribunal Federal - através do julgamento da ADI 4767/DF, bem como o que determina a Lei Municipal nº 7577/98. 2ª- Aguardar indeferimento. Xerox: Cópia do processo administrativo indeferido; Identidade e CPF; 03 últimos contracheques; Comprovante de endereço; Fichas financeiras; Classificação do servidor.

### APOSENTADOS

**Revisão do Cálculo e Reajuste da Dobra Incorporada** (para servidores que dobraram por mais de 3 anos)

**Revisão de Aposentadoria Proporcional do Professor** (Professores em que a Prefeitura aplica a proporcionalidade de 30 anos e não 25 anos professor), Revisão de Aposentadoria por Invalidez (Aplicabilidade do art. 6ºA da EC 41/03), 3)Reconhecimento de Tempo - 1) Abrir processo administrativo e solicitar o respectivo direito; Xerox: Cópia do Processo de Aposentadoria; Cópia do processo administrativo indeferido; Identidade e CPF; 03 últimos contracheques; Comprovante de endereço; Fichas financeiras de toda a vida; Classificação do servidor.

d) Diferenças de Abono Permanência: Para aqueles servidores que se aposentaram e não tiveram reconhecimento de período especial para aposentadoria e/ou receberam abono permanência apenas a partir do requerimento e não da aquisição dos requisitos para aposentadoria: Abrir o processo Administrativo administrativo; solicitar o pagamento do Abono Permanência desde a aquisição dos requisitos para aposentadoria do servidor. 2º - Aguardar o indeferimento. Xerox: Processo Administrativo com indeferimento; Contagem preliminar de aposentadoria; CI; Comprovante de endereço; 03 últimos contracheques; Fichas financeiras; Classificação do servidor.preliminar de aposentadoria; CI; Comprovante de endereço; 03 últimos contracheques; Fichas financeiras; Classificação do servidor.